

Fotografia cedida pela Assembleia da República

PÁG. 11

PÁGS. 14 e 15

PÁGS. 16 e 17

PÁG. 18

**PERIODICIDADE
TRIMESTRAL**

Nº 5 – Ano 2 – Março 2018

COORDENAÇÃO

Paulo Sopinha de Amaral
Vice Presidente da Direção

PROPRIEDADE

Associação de Praças

MORADA

Rua Varela Silva, Lote 12 – Loja
B, Ameixoeira 1750-403 Lisboa
GPS: N38°47'9.27"
W9°9'32.22"

ADMINISTRAÇÃO E REDACÇÃO

Rua Varela Silva, Lote 12 – Loja
B, Ameixoeira 1750-403 Lisboa
Tel.: 217 552 939
Telem.: 912 193 674

ÓRGÃOS SOCIAIS

direcao@apracas.pt
geral@apracas.pt
assgeral@apracas.pt
confiscal@apracas.pt

ENDEREÇO DA INTERNET

http://www.apracas.pt

E-MAIL DA REVISTA

revista_hapracas@apracas.pt

DESIGN GRÁFICO

Associação de Praças

NIF

nº 504 787 756

REGISTO ERC

nº 124981

INPI

nº 470/287

Nota: Os artigos publicados
e assinados são responsabili-
dade dos autores e podem não
traduzir as posições da AP.

legislação

Lei n.º 51/2013 de 24 de julho

1ª Alteração ao OE para 2013 e procede à alteração do DL 172/94, de 25 de junho na regulação da atribuição do alojamento aos militares quando colocados em localidade fora do local da sua residência habitual.

Despacho CEMFA nº 9/2016 de 3 de fevereiro

Define as medidas de protecção na parentalidade aos militares da Força Aérea.

Portaria nº 301/2016 de 30 de novembro

É aprovado o Regulamento da Avaliação de Mérito dos Militares das Forças Armadas.

Dec. Lei n.º 3/2017 de 6 de janeiro

Define as condições de acesso e cálculo das pensões do pessoal militar e militarizado.

Parecer nº 14/2017 de 11 de janeiro

Interpretação de normas do estatuto dos militares das Forças Armadas aprovado pelo DL nº 90/2015, de 29 maio.

Portaria n.º 42/2017 de 30 de janeiro

Aprova o modelo da Cédula Militar.

Lei n.º 114/2017 de 29 de novembro

Aprova o OE para 2018.

Resolução AR n.º 1/2018 de 2 de janeiro

Recomenda ao governo a contagem de todo o tempo de serviço para efeitos de progressão de carreira.

Portaria n.º 25/2018 de 18 de janeiro

Estabelece a idade normal de acesso à pensão de velhice em 2019.

Dec. Lei n.º 7/2018 de 9 de fevereiro

Fixa os efectivos das FA em todas as situações, para o ano de 2018

Lei n.º 10/2018 de 2 de março

1ª Alteração ao DL nº 90/2015, de 29 de maio – EMFAR.

Despacho CEMA n.º 6/2018 de 19 de março

Estabelece as evacuações sanitárias de pessoal embarcado.

DIPLOMAS EM AUDIÇÃO

- 1 – PROJETO DE DECRETO-LEI 11/2018 QUE APROVA O REGULAMENTO DE INCENTIVOS À PRESTAÇÃO DE SERVIÇO MILITAR NOS DIFERENTES REGIMES DE CONTRATO E NO REGIME DE VOLUNTARIADO.
- 2 – PROJETO DE DECRETO-LEI 12/2018 QUE ALTERA O REGIME DE CONTRATO ESPECIAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO MILITAR.

OBITUÁRIO

SÓCIO 105	425382	CAB	L	EDUARDO JOSÉ FIGUEIREDO FRAGA
SÓCIO 184	143889	CAB	L	JOSÉ CARLOS NUNES BARRACO
SÓCIO 230	191180	CAB	A	JOSÉ LUÍS MENDES SILVEIRO
SÓCIO 367	269882	CAB	A	CARLOS ALBERTO ALVES DA COSTA
SÓCIO 575	262281	CAB	A	ROBERTO JOSÉ RUXA RATINHO
SÓCIO 1129	176571	CAB	L	VITOR EUGÉNIO RODRIGUES LAMBERT PEREIRA

AOS QUE COMO NÓS NUNCA MORRERÃO

ÀS FAMÍLIAS ENLUTADAS AS NOSSAS SENTIDAS CONDOLÊNCIAS



Paulo Sopinha de Amaral
Vice-Presidente da Direção

editorial

Após um longo interregno, a revista da Associação da Classe de Praças volta ao contacto dos Camaradas, de forma a promovermos a vontade e os direitos de toda uma Classe já por si vilipendiada de muitos dos seus planos.

A revista "*Há Praças*" é o meio de comunicação de excelência para a divulgação de tudo o que diga respeito ao âmbito socioprofissional, dos direitos e deveres da Classe de Praças como os artigos de opinião e a divulgação das atividades da Associação, como por exemplo as de índole cultural e protocolar. Este tem sido um compromisso assumido desde a antiga Associação de Praças da Armada, com a revista "*Alcaxa*". A partir deste momento a divulgação da revista "*Há Praças*" será feita de forma diferente daquilo que era habitual. Esta mudança de paradigma na elaboração e edição da revista, prende-se com questões de economia de recursos financeiros que, como todos sabemos assolou a sociedade portuguesa nos últimos anos.

E a Associação de Praças não foi exceção.

Consideramos que não é a forma mais natural de fazer chegar a todos os Camaradas aquilo que é o dia-a-dia da Associação de Praças nem para fazer a divulgação de todas as atividades em que participamos. Mas, como em tudo na vida, tem que se estabelecer prioridades. E a nossa é fazer mais e melhor com o menor número de recursos, que são escassos. Fazer, publicar e expedir uma revista com a qualidade como a que a "*Há Praças*" tinha era uma tarefa bastante dispendiosa o que, agregado ao baixo número de Associados e à falta de pagamento de quotas de alguns dos nossos Camaradas, causava às finanças da AP um grande rombo. Nos intervalos das revistas, onde muito se passará de relevante para os Militares em geral e para a Classe de Praças em particular, a Associação de Praças emitirá, sempre que se justificar, um "*Boletim de Notícias*". Neste "*Boletim de Notícias*" será incluído tudo, mesmo tudo o que a Direção da Associação de Praças considere de particular relevância para a vida das Praças das Forças Armadas, no âmbito socioprofissional ou cultural. Asseguremos que nenhum assunto nem tema deixará de ter da parte da Associação que defende a Classe de Praças a devida atenção, crítica ou aplauso, seja através das páginas da revista seja através do "*Boletim de Notícias*". Além da Revista e do Boletim de Notícias, a Associação de Praças disponibilizará a sua página na internet, ainda em construção, com um novo figurino mais apelativo e interativo. Temos tam-

bém aderido às redes sociais utilizando o Facebook, o Instagram e o Twitter onde será colocada informação, cultural e socioprofissional, respeitante à Classe de Praças. Estes meios de divulgação são e serão sempre uma *arma* ao nosso/voosso dispor!

Após a entrada em vigor do novo Estatuto dos Militares das Forças Armadas, muitas questões foram levantadas por nós, em audiências com a Comissão de Defesa Nacional da Assembleia da República (CDN), sobre algumas normas ali inscritas. Algumas delas foram levadas em consideração pelos Deputados representados na CDN, culminando este processo com a sua promulgação na Lei 10/2018 de 2 de março.

Mais uma vez chegamos à conclusão que vale a pena a luta na defesa dos nossos direitos. Lutaremos, sempre, por mais dignidade na categoria de Praça!

Uma das situações que mais nos preocupa é a situação dos Camaradas que prestam serviço em Regime de Contrato. Tem sido uma luta incessante levada a cabo pela Associação de Praças perante a tutela e os Chefes Militares, a questão do não pagamento do Suplemento de Condição Militar aos Camaradas que estão a frequentar o curso para entrarem nas fileiras em Regime de Contrato. Este tema será, também, objeto de análise nas páginas desta edição.

O Decreto-Lei n.º 3/2017 de 6 de janeiro, vem regulamentar as condições de acesso e cálculo das pensões dos Militares que será alvo de um espaço especial para ficarmos a saber quais as normas para a passagem à reforma dos Militares.

Além de muitos outros assuntos de interesse para a Classe de Praças. Como é devido, a revista "*Há Praças*" terá sempre em perspetiva a informação e clarificação dos assuntos de âmbito socioprofissional, protocolar e cultural respeitantes às Forças Armadas em geral e à Classe de Praças em particular. Em países como a Holanda, a Alemanha, a Irlanda e outros mais, os níveis de representatividade das Associações e dos Sindicatos rondam os 90%, o que favorece de forma clara a capacidade reivindicativa das mesmas. Em Portugal estamos bem longe desses números, o que nos retira aquela força que nos países referidos existe, e que nos leva a concluir que só através do fortalecimento da Associação representativa da Classe das Praças poderemos melhorar as condições socioprofissionais da categoria. Por isto, é necessário que cada um de nós tente trazer para esta causa um ou uma Camarada que ainda não seja sócio da AP. Bem hajam!



O DIREITO DOS ADMINISTRADOS

A protecção dos direitos de parentalidade no EMFAR

Há quem expresse a opinião de que com a revisão operada pela Lei n.º 10/2018 de 2 de Março - a primeira alteração ao Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 90/2015, de 29 de Maio -, as Forças Armadas deram um passo em frente na consagração dos direitos de parentalidade. Claro que não é bem assim, pois o EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 90/2015 de 29 de Maio, já contemplava a uma norma (art.º 25, alínea d) – Outros Direitos), a qual conferia ao militar o direito a “ ... serem -lhe aplicadas, em matéria de parentalidade, as disposições constantes da legislação aplicável aos trabalhadores em funções públicas, com as adaptações previstas no artigo 102.º ”

Tal norma remissiva não foi objecto de alteração, e encontra-se em vigor, remetendo a mesma para o visado artigo 102.º, esse sim alvo das alterações aqui em causa. Diga-se, aliás, que tais alterações pecam por tardias, em razão dos direitos sociais invocados, os quais encerram direitos fundamentais, nomeadamente, o direito a constituir família e o que subjacente a tais direitos os mesmos encerram e que nos levam para um outro patamar de discussão, que é o da sustentabilidade da comunidade, perscrutando atentamente o olhar para o direito da família e menores, na sua dupla vertente, por si só inseparáveis, onde se afigura, de um lado os pais, do outro os menores.

É ao legislador ordinário que cabe, em função das margens de avaliação e opção políticas decorrentes do princípio democrático, determinar específica e concretamente, no domínio de cada direito social as suas incidências. E tendo a Assembleia da República decretado, nos termos da alínea c) do artigo 161.º da CRP, as alterações ao EMFAR, fê-lo tardiamente. Mas fê-lo de forma assertiva, numa época em os militares, ditos cidadãos em uniforme, não são imunes aos litígios familiares, numa sociedade com vivências desenraizadas dos padrões tradicionais, em que as famílias monoparentais grassam cada vez mais no meio castrense

E se dizemos que as alterações pecam por tardias, apenas o fazemos tendo em linha de conta o que cada Ramo das FFAA, através dos respectivos CEM's, em jeito de antecipação, regulamentaram com a publicação de Despachos internos, a interpretação ao art.º 102 do EMFAR, havendo quem, ainda antes de tal consagração legal, as já ter implementado no seu seio, tentando assegurar, ao mínimo, o exercício daqueles direitos.

Não obstante, para a aplicação prática do art.º 102, o problema dos militares, que solicitavam o exercício do direito, esbarrava na interpretação restritiva levada a cabo pelo órgão decisor, em que sobre cada indeferimento, tal decisão era praticamente insinducível, quando, através do seu n. 2, se alegavam razões de imprescindibilidade no

que tange à prossecução das missões das Forças Armadas. Mas, finalmente, o que servia de mote para as suspensões e indeferimentos dos pedidos - a questão do militar ser imprescindível à prossecução das missões das Forças Armadas -, foi expurgado da norma, mantendo-se os outros critérios.

Agora, com a nova redacção do art.º 102, passou existir uma significativa melhoria do exercício de direitos, no âmbito da parentalidade, nomeadamente quando envolva dois militares, pois a redacção do actual n.º 3, lê-se que *“Sempre que o exercício de direitos no âmbito da parentalidade envolva dois militares e se encontre suspenso em relação a um deles com fundamento numa das circunstâncias referidas no número anterior, não pode ser determinada suspensão subsequente ao outro no mesmo período, só podendo ser determinada dez dias após o fim do período de suspensão do primeiro”*

E o n.º 4 vai mais longe e concretiza o seguinte:

Sempre que o exercício de direitos no âmbito da parentalidade envolva dois militares:

a) *Os militares em causa não podem estar envolvidos ao mesmo tempo numa missão ou função que lhes impossibilite o exercício de direitos de parentalidade, em especial no que concerne ao gozo de licenças e assistência à família;*

b) *Quando um dos militares estiver envolvido numa prestação de serviço 24 horas seguidas, o outro militar não se pode encontrar na mesma situação.*



Assim, têm os militares uma nova perspectiva da dimensão dos seus direitos de parentalidade, bastando aos mesmos, de modo consciente, os exercitar, bem sabendo que toda e qualquer decisão de suspender, ou negar, o exercício dos direitos em causa, carece de despacho fundamentado, não se bastando um mero despacho de indeferimento.

E o desafio semelhante se coloca perante os Ramos, perante um novo paradigma, os quais, na aplicação da lei, terão de acautelar os direitos de parentalidade dos seus militares, adaptando/alterando os Despachos vigentes, o que, por si só, implica uma cuidada e exigente gestão dos recursos humanos, cada vez mais escassos.



Alterações ao Regime de Reserva e Reforma

Numa primeira fase impõe-se referir o que aconteceu aos militares que transitaram para a situação de Reforma no período em que decorreram as reduções remuneratórias de carácter temporário. Estes militares foram duplamente penalizados pois o cálculo da pensão de Reforma foi feito com base na remuneração de reserva após aplicação da redução remuneratória. Desta forma essa redução ficará definitivamente na sua pensão de Reforma, agravado com o facto de que a própria pensão também ter estado sujeita a redução por via da contribuição extraordinária de solidariedade. Tremenda injustiça.

Com a publicação do Decreto-Lei nº 3/2017 de 6 de janeiro, vieram mais uma vez as dúvidas e incertezas quanto às condições e regras de atribuição e de cálculo das pensões de reforma aplicadas aos militares. Esta é naturalmente uma matéria de interesse para todos, uma vez que desde 2005, que sucessivas alterações à legislação têm vindo a penalizar de forma muito significativa as legítimas expectativas dos militares tendo em conta os especiais direitos e compensações que a Lei das Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar estabelece.

As condições de acesso e cálculo das pensões de reforma dos militares das Forças Armadas passam a designar-se de **Regime Convergente** para os militares que foram inscritos na Caixa Geral de Aposentações (CGA) até 31 de agosto de 1993 e são calculadas de acordo com o disposto no artigo 5º da Lei nº 60/2005 de 29 de dezembro, alterada pelas Leis nºs 52/2007 de 31 de agosto, 11/2008 de 20 de fevereiro, 66-B/2012 de 31 de dezembro e 11/2014 de 6 de março. Terão a sua pensão de Reforma calculada em duas parcelas ($P = P1 + P2$) em que P1, o tempo de serviço decorrido entre o ingresso do militar e 31 de dezembro de 2005, é calculado de acordo com as regras do Estatuto da Aposentação (EA) e P2, o tempo de serviço entre 1 de janeiro de 2006 até ao ingresso na Reforma, é calculado de acordo com as regras do Regime Geral da Segurança Social. Em suma quanto maior for o tempo de P2, menor será a pensão de Reforma.

Para os militares que foram inscritos na CGA após 31 de agosto de 1993 passam a designar-se de **Regime Geral da Segurança Social** e são fixadas de acordo com as regras aplicáveis ao cálculo das pensões do regime geral da segurança social.

Para efeitos de aplicação do fator de sustentabilidade, que é calculado com base na esperança média de vida definida pelo Instituto Nacional de Estatística e do fator de redução por antecipação da idade, considera-se que a idade de acesso às pensões de reforma e à pensão de velhice dos militares é de 60 anos e 4 meses, o que corresponde à idade normal de acesso à pensão de velhice do regime geral aplicável em 2018, reduzida em seis anos. Ou seja, às pensões atribuídas pelo Regime Convergente e Regime Geral da Segurança Social, após o militar ter completado a idade de acesso (60 anos e 4 meses em 2018) não são aplicáveis aqueles fatores, às pensões atribuídas antes de o militar ter completado a idade de acesso são aplicáveis ambos os fatores.

Os militares enquadrados neste regime terão a sua pensão calculada sobre toda a carreira contributiva, até um máximo de 40 anos de descontos. Os vencimentos de 40 anos são valorizados para valores atuais, somados e dividido o valor da soma por 40, obtendo-se assim a remuneração anual média. Esse valor é dividido por 14 para se obter a remuneração de referência. Para se calcular a pensão, a remuneração de referência é dividida até um máximo de cinco patamares de IAS (Indexante de Apoios Sociais) a que serão aplicadas percentagens tanto mais baixas quanto maior for a remuneração de referência. Sobre o valor final aplica-se o "fator de sustentabilidade".

Por outro lado, foi estabelecido um **Regime de Salvaguarda** para os militares que, em 31 de dezembro de 2006, tinham, pelo menos 55 anos de idade ou 36 anos de tempo de serviço militar, bem como os que tendo em 31 de dezembro de 2005, pelo menos 20 anos de tempo de serviço militar, tenham passado à reserva ou à reforma

até 31 de dezembro de 2016 ou ainda os que reunindo uma daquelas condições, optem por manter-se na situação de ativo após 1 de janeiro de 2017 e venham a passar à reforma após terem completado a idade de acesso. Nestes casos as pensões de reforma são calculadas de acordo com o disposto no Estatuto da Aposentação, aprovado pelo Decreto-Lei nº 498/72, de 9 de dezembro, com a redação dada pela Lei nº 1/2004, de 15 de janeiro (corresponde ao último vencimento de reserva, deduzida da quota para a CGA, actualmente é de 11%) e não é aplicado o fator de redução por antecipação da idade.

Importa referir que o artigo 7.º do deste diploma (*Prevalência*) revoga tacitamente todas as normas do EMFAR respeitantes a idades de aces-

so e formas de cálculo de pensão que lhe sejam contrárias.

Posto isto, então qual é o impacto que estas alterações produzem às pensões a atribuir aos militares?

Sendo o Decreto-Lei nº 3/2017 um diploma que remete para legislação diversa no que diz respeito às formulas de cálculo a aplicar para cada regime de acesso às pensões de reforma, o que torna difícil estabelecer a verdadeira extensão dos danos, a Associação de Praças procurará no quadro seguinte comparar os valores das pensões calculados pelos diversos regimes assumindo-se que o exemplo demonstrado tem por base os seguintes pressupostos:

- 1º. O militar ingressou nas Forças Armadas em 1982;
- 2º. O militar tem a idade legal para acesso à pensão de Reforma em 2022; 3º. O militar tem 40 anos de descontos efetuados;
- 4º. O militar evoluiu na sua carreira atingindo o posto de CMOR;
- 5º. O militar tem uma remuneração de reserva correspondente à 1ª posição remuneratória do seu posto;

Posto	Remun. Reserva	Regime Salvaguarda	corte	Regime Convergente	corte	Regime Geral	corte
CMOR	1.781,77€	1.585,78€	-11,00%	1.339,31€	-24,83%	949,52€	-46,71%
Perda rendimento bruto mensal face à remuneração de reserva			-195,99€		-442,46€		-832,25€

Notas:

Regime de Salvaguarda:

Militares que em 31-12-2005 tinham **20 ou mais anos de tempo de serviço militar**;

Regime Convergente:

Militares que foram inscritos na CGA **até** 31-08-1993;

Regime Geral da Segurança Social:

Militares inscritos na CGA **após** 31-08-1993 ou inscritos na Segurança Social.

Daqui se depreende claramente que há um corte progressivo nas pensões de reforma dos militares calculadas pelo Regime Convergente e Regime Geral da Segurança Social, em especial neste último.

Em resumo, podemos concluir que mais uma vez as alterações introduzidas pelo Dec. Lei nº 3/2007 configuram claramente um atropelo ao

estatuído na alínea i) do Artº 2º da Lei 11/89 - *Base Gerais do Estatuto da Condição Militar* - e reforçam a tendência dos últimos anos de equiparar nestas matérias os militares das Forças Armadas ao cidadão civil, esquecendo-se do vasto leque de deveres e restrições a que estão obrigados, ignorando dessa forma as devidas compensações legalmente estabelecidas.

Por último, a seguir apresentamos um fluxograma que facilitará a identificação de qual o regime a aplicar e em que condições, caso a caso.

FÓRMULA DE CÁLCULO DE PENSÕES

(artigo 2.º)



SALVAGUARDA DE DIREITOS (REGIME DE SALVAGUARDA)

(artigo 3.º)



PENSÃO DE REFORMA CONFORME O ESTATUTO DA APOSENTAÇÃO (EA)

(Lei 1/2004, 15 Janeiro)

COM PENALIZAÇÕES PELOS:

- ▶ O Factor de sustentabilidade
(Em 2018 - redução de 14,5% na pensão)
- ▶ O Factor de redução por antecipação e idade
(Redução de 0,5% / mês em falta para a idade legal em cada ano)

COMPATIBILIZAÇÃO DOS REGIMES DE RESERVA

(artigo 6.º)

SE PASSAR À RESERVA APÓS ENTRADA EM VIGOR DO DIPLOMA E:

**EM 2006 TIVER 55 ANOS IDADE OU 36 ANOS TEMPO DE SERVIÇO MILITAR (TSM)
EM 2018 TIVER 55 ANOS IDADE E 40 ANOS TEMPO DE SERVIÇO MILITAR**

OU

TIVER 55 ANOS IDADE E TINHA 20 ANOS TEMPO SERVIÇO MILITAR EM 31DEZ2005

OU

**PASSOU OU VAI PASSAR À RESERVA POR ATINGIR O TEMPO MÁXIMO
DE PERMANÊNCIA NO POSTO**

SIM

NÃO

**PODE PERMANECER NA RESERVA ATÉ COMPLETAR
A IDADE LEGAL DE PASSAGEM À REFORMA
(60 ANOS + N MESES)**

**PENSÃO DE REFORMA DO EA
SEM PENALIZAÇÕES**

**NÃO RESPEITA NENHUMA
DAS CONDIÇÕES ANTERIORES**

**TRANSITOU VOLUNTARIAMENTE PARA
A RESERVA ATÉ 31DEZ2016**

ESTÁ ABRANGIDO PELAS CLÁUSULAS DE SALVAGUARDA DO ARTIGO 3.º

SIM

NÃO

**PERMANECE NA RESERVA ATÉ
COMPLETAR OS 5 ANOS PREVISTOS
ESTATUTARIAMENTE**

**A PASSAGEM À REFORMA
NÃO DEPENDER DA IDADE**

**PENSÃO DE REFORMA
DO EA SEM PENALIZAÇÕES**

**PERMANECE NA RESERVA
ATÉ COMPLETAR OS 5 ANOS PREVISTOS
ESTATUTARIAMENTE.**

**PASSANDO À LICENÇA ILIMITADA
ATÉ PERFAZER A IDADE LEGAL DE
PASSAGEM À REFORMA**

(60 ANOS + N MESES)

PENSÃO DE REFORMA DO RGSS

Militares contratados, reclamam reposição da legalidade e justiça!

A Associação de Praças (AP), apresentou no passado dia 19 de dezembro de 2016 junto do Provedor de Justiça uma queixa, solicitando desta forma que seja reposta a legalidade e a justiça, no que respeita à atribuição do Suplemento de Condição Militar (SCM), aos militares em regime de contrato.

Situação que ocorre, através do Despacho Conjunto n.º 1119/2001 dos Ministérios das Finanças e da Defesa Nacional, que determinou que “Após a conclusão da instrução complementar, às remunerações dos militares fosse acrescida do SCM”.

Tendo em conta que este despacho produziu efeitos a contar de 19 de novembro de 2000, constata-se deste modo que há 16 anos que nenhum militar em regime de contrato, independente do ramo a que pertence ou pertenceu recebeu este suplemento. Tenha-se em conta os milhares de militares que passaram por esta prestação de serviço durante este período e o que perderam em termos remuneratórios.

Na prática, existe uma limitação efetiva ao recebimento de um suplemento que todos os militares detêm, que é o SCM. E o citado Despacho limita a condição ao recebimento do SCM, como se, através deste normativo se fixasse um hiato temporal, para a passagem a militar, á revelia de normativos de hierarquia superior, os quais fixam a Condição Militar.

E aqui chegados, torna-se importante escarpelizar o momento a partir do qual é que um cidadão civil, passa a ser considerado Militar, para efeitos de aplicação da sua condição militar, com a restrição de direitos e a imposição de deveres e obrigações.

Isto porque, a partir da incorporação nas fileiras das Forças Armadas, os Praças têm um período, designado de instrução militar básica, mais comumente conhecido por recruta, em que no final da sua instrução básica, fazem o juramento de bandeira nos termos do art.º 7º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), cujas palavras, se transcrevem para se entender bem o seu alcance e sentido:

“JURO, como português e como militar, guardar e fazer guardar a Constituição e as leis da República, servir as Forças Armadas e cumprir os deveres militares.

JURO defender a minha Pátria e estar sempre pronto a lutar pela sua liberdade e independência, mesmo com o sacrifício da própria vida.”

Podemos assim concretizar que o Suplemento de Condição Militar é devido aos militares após a concretização, com sucesso, da instrução básica, culminando tal com o juramento de bandeira.

Sendo, por isso, e em obediência ao art.º 18 n.ºs 1 e 2 do EMFAR, os militares em regime de contrato, e em formação complementar, subsequente à recruta (instrução militar básica): *Têm direito a auferir remuneração em função da forma de prestação de serviço, posto, tempo de serviço e cargo que desempenha, nos termos previstos em diploma próprio. E com fundamento no regime especial de prestação de trabalho, na permanente disponibilidade e nos ónus e restrições inerentes à condição militar, é atribuído aos militares um suplemento remuneratório de natureza certa e permanente, designado por suplemento da condição militar”*

Não é demais realçar que a formação é um acto contínuo na vida do militar, não se circunscrevendo apenas à Instrução Básica e Instrução Complementar.

Pois não podemos olvidar que toda a formação do militar se torna complementar à sua atividade, pois a formação contínua torna-se numa complementaridade á função de militar.

Não podemos ser redutores ao ponto de afirmar, e concordar, que a CONDIÇÃO MILITAR nasce na esfera jurídica do individuo somente após o período de formação complementar.

Ela começa com o JURAMENTO de fidelidade à Pátria!

Também é do nosso conhecimento a existência de punições averbadas a militares, pela aplicação do Regulamento de Disciplina Militar (RDM), em formação complementar, as quais irão reflectir-se na carreira do mesmo, porquanto é a própria Instituição que, no seu departamento competente, efetua o tratamento administrativo do processo disciplinar, averbando a punição no seu registo pessoal, bem como dá pública notícia, através da publicação em Ordem do Pessoal.

Situação completamente injusta.

Por um lado determina-se que esses militares estão sob o jugo do RDM. Mas por outro, não se atribui o suplemento que é devido a TODOS os que prestam serviço nas Forças Armadas.





Paulo Sopinha de Amaral
Vice-Presidente da Direção

O artigo 12º do EMFAR

O Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR) aprovado pelo Decreto-lei n.º 90/2015 de 29 de maio, está em pleno vigor.

Embora tenha sido alvo de discussão, nomeadamente em sede de Comissão de Defesa Nacional por iniciativa do Grupo Parlamentar do PCP, foram aprovadas algumas alterações que vieram amenizar a brutal retirada de direitos aos Homens e Mulheres que defendem a Pátria nas Forças Armadas.

Esta alteração, que à data em que escrevo este texto ainda se encontra a aguardar promulgação, assim como todas as outras, vieram instituir deveres especiais aos Militares que a mais nenhuma classe se exige. Por isso, tantas e tantas vezes a Associação de Praças tem afirmado que os Militares não podem nem devem ser considerados como funcionários públicos.

Uma das alterações mais significativa levada a cabo ao texto inicial, foi a retirada da alínea i) do n.º 1 do Artigo 12º do EMFAR, que imponha de forma apodíctica aos Militares das Forças Armadas o dever de isenção política.

Por outras palavras, o que a tutela pretendia é que os Homens e Mulheres que prestam serviço nas Forças Armadas sejam apolíticos, além de serem apartidários.

Importa referir, que o conceito de uma coisa e de outra é completamente diferente.

Ser apartidário é uma situação que está inerente à nossa condição militar.

Não poder ser filiado em partido político, não participar em manifestações nem em reuniões de âmbito partidário. É uma restrição que até posso compreender e aceitar sem qualquer tipo de constrangimento.

Agora, quererem impor que fosse apolítico, já me cheirava um pouco a vingança do anterior ministro da defesa, que nunca simpatizou com as Associações Socioprofissionais de Militares.

Pretender-se que os Militares fossem apolíticos é uma negação da condição humana. Seria retomarmos ao tempo de “os militares nos quartéis”.

Apartidário é aquele que não pertence a nenhum movimento partidário ou político, aquele que não toma partido. Está inerente à condição militar

Apolítico é aquele que não tem ideias políticas ou as não manifesta.

Ora se esta norma vingasse, e ainda bem que houve bom senso desta maioria parlamentar em retirá-lo do EMFAR, que no limite impossibilitaria os Militares de exercerem o seu direito de voto...

Seria restringir um direito em democracia a uma classe, o direito de voto constitucionalmente consagrado.

Seria impedir os Militares de poder ter a possibilidade de participarem ativamente num direito constitucional, que é o direito de cidadania, conforme consagrado no artigo 26º da Constituição da República Portuguesa.

E já que referi a CRP convém lembrar que o artigo 37º no seu número 1 determina que “*todos têm o direito de exprimir e divulgar livremente o seu pensamento pela palavra, pela imagem ou por qualquer outro meio, bem como o direito de informar, de se informar e de ser informados, sem impedimentos nem discriminações.*”

Convém ressaltar a questão de que **todos têm o direito de exprimir e divulgar livremente o seu pensamento.**

Camaradas, ao dedicarem o vosso tempo a lerem estas linhas, provavelmente estarão a pensar: “Então se esta norma, tão lesiva dos nossos direitos, acabou por ser retirada, porque é que ele está a escrever sobre isto?”

Apenas para alertar todos, que de vez em quando lá aparece quem pretenda retirar mais um

direitozinho que nós, Militares temos.

E eles, os nossos direitos, já são tão poucos!

E para dizer de viva voz, que mais uma vez a frase “Quem luta nem sempre ganha, mas quem não luta perde sempre”, neste caso se aplica muito bem.

Também para alertar os Camaradas que é necessário estarmos unidos, e sermos muitos para que a defesa intransigente dos nossos direitos seja levada a bom porto.

Foi com a luta perseverante da Associação de Praças que se conseguiu mais este desiderato de ver retirado do EMFAR aquela norma tão lesiva dos nossos direitos.

O que estava em causa, e era o objetivo de quem lá colocou aquela alínea, seria considerar que os Homens e Mulheres que decidiram enveredar pela carreira nas Forças Armadas, deviam ser considerados vazios de conteúdo ao ponto de não poderem discutir a política que os

sucessivos governos seguem.

Não podemos permitir que haja quem nos quisesse considerar «seres não pensantes» que apenas cumprimos ordens sem nunca questionar o porquê das mesmas.

Sem nunca questionarmos o porquê do esbulho nos nossos vencimentos, sem questionar o porquê de as progressões nos níveis remuneratórios estarem bloqueadas há anos, etc. Isto também é Política.

Porque Política é o preço do pão, da energia, da água, da educação dos nossos filhos.

Porque Política é o sobe e desce das taxas de juro do empréstimo que temos para aquisição da nossa casa...

Enfim, Política é tudo o que nos rodeia.

E eu não quero ser apolítico!

Eu quero falar de Política!



Lei do Orçamento de Estado para 2018

Em termos gerais, a AP considera que o preconizado na Lei do Orçamento de Estado para 2018 (LOE2018) assenta num desagravamento parcial das medidas restritivas que nos últimos anos assolam a família militar. Este desagravamento, embora positivo, podia e deveria ter efeitos imediatos, como por exemplo, nos acréscimos remuneratórios resultantes das alterações das posições remuneratória cujo pagamento será faseado até dezembro de 2019 (artº 18º).

Por outro lado, no seu artigo 19º, é definido que a expressão remuneratória do tempo de serviço nas carreiras, cargos ou categorias integradas em corpos especiais, em que as mudanças de posição remuneratória dependem de determinado período de tempo, será objeto de processo negocial com vista a definir o prazo e o modo para a sua concretização. Neste particular, a AP estará atenta ao dito processo negocial de forma a que os militares não sejam mais uma vez excluídos do mesmo.

Uma alteração há muito reclamada está relacionada com a norma que determinava que os efeitos remuneratórios da mudança de categoria ou de posto apenas se verificam no dia seguinte ao da publicação do diploma respetivo no Diário da República. Esta norma caiu e já não consta na LOE2018, voltando a produção de efeitos remuneratórios após promoção tendo como referência a data do Despacho de promoção do respetivo Chefe de Estado-Maior.

O reconhecimento e contagem integral do tempo de Serviço Militar Obrigatório (SMO) para efeitos de aposentação ou reforma independentemente dos beneficiários estarem abrangidos ou não por regimes de segurança social à data da prestação do serviço militar e sem necessidade de exigir o pagamento de contribuições ou quotizações. Este procedimento abrange todos os que ainda não tenham requerido o pagamento do respetivo tempo de serviço ou, já o tendo feito, aguarde a sua conclusão. No entanto será

necessário que o governo aprove legislação que garanta o cumprimento desta norma no prazo de 30 dias a contar de 1 de janeiro de 2018.

A seguir se indicam, de uma forma superficial, mais algumas das medidas constantes na (LOE2018):

As promoções, embora permitidas, continuam a depender de despacho prévio favorável do ministro da defesa e do ministro das finanças;

A graduação dos militares do RC e RV volta a ser concretizada no início da instrução complementar conforme estabelecido no EMFAR;

Manutenção da redução dos valores das ajudas de custo previsto no OE2017; Pagamento do subsídio de Natal é feito de forma integral no mês de novembro;

Aumento do número de escalões do IRS implicando a redução das respetivas taxas, em especial nas remunerações mais baixas;

Extinção da sobretaxa do IRS;

Uma das normas constantes na Lei do Orçamento de Estado para este ano, o seu Artigo 112º, determina o reconhecimento geral e contagem integral do tempo de serviço militar obrigatório, sem “necessidade de exigir o pagamento de contribuições ou quotizações”.

O significado disto é que os Camaradas que cumpriram o Serviço Militar Obrigatório, podem contar com esse tempo na sua totalidade para efeitos de passagem à reforma sem qualquer tipo de pagamento para que esse tempo conte.

Só que, como em todas as Leis sufragadas pelos sucessivos governos, elas tardam a ser aplicadas principalmente se forem leis que consagrem e restitua direitos retirados.

O número 3 do artigo 112º da Lei do Orçamento de Estado para 2018 diz que o governo “aprova legislação que garanta e regulamente o cumprimento nos números anteriores no prazo de 30



dias a contar da data de entrada em vigor da presente lei”.

E o que é que vemos?

Que passados cerca de 90 dias da entrada em vigor da Lei do Orçamento de Estado para 2018, o governo nada aprovou para garantir aos Militares este preceituado na Lei.

E as nossas chefias, nada fazem em defesa dos seus subordinados para cumprimento do dever de tutela que lhes está associado conforme determina o RDM no seu artigo 15º.

Chegados aqui, o que constatamos é que quando se trata de retirar direitos os governos são lesto, de modo a que todas as leis que vão nesse sentido entram em vigor no dia a seguir ao da sua publicação.

E NÃO FALHAM!

Quando se trata de reverter essas medidas tão lesivas das vidas dos Militares e das suas famílias, as leis ou só entram em vigor 30 dias

depois da entrada em vigor, como é o caso, ou então são “empurradas com a barriga”, até vencerem pelo cansaço quem tem o dever de defender os direitos dos Militares. As Associações Profissionais de Militares.

Só que, no que diz respeito à Associação que defende a categoria de Praças, isso não acontece nem acontecerá. Estaremos sempre prontos para, seja em sede negocial seja noutra situação qualquer, defender intransigentemente os direitos de todos os nossos Camaradas.

E de forma férrea, na defesa da lei.

Na defesa da Constituição da República Portuguesa.

Em suma, o OE2018 vem repor de forma tímida alguns dos direitos que estão consagrados no EMFAR, no entanto consideramos que nesta matéria muito ficou por fazer, em especial no que diz respeito ao descongelamento de carreiras onde subsistem muitas dúvidas na forma de aplicação e na data da sua conclusão.

O RAMMFA - A subjetividade vertida num diploma

A Portaria n.º 301/2016 de 30 de novembro aprovou o RAMMFA - Regulamento da Avaliação do Mérito dos Militares das Forças Armadas que entrou em vigor no dia 1 de janeiro de 2018.

Como vem sendo habitual, para a elaboração deste diploma não foi cumprida a Lei n.º 3/2001 de 29 de agosto, nomeadamente o seu artigo 2º que define poderem as Associações Profissionais de Militares (APM) integrarem grupos de trabalho para análise de assuntos relevantes para a instituição e de serem ouvidas sobre questões de âmbito profissional, remuneratório e social dos seus associados.

Além de que, às APM foi solicitado comentários sobre o diploma a poucos dias da sua publicação, impossibilitando-as de um estudo aprofundado de um diploma tão importante para a vida dos nossos Camaradas, principais visados do mesmo.

Após a sua publicação, as APM foram chamadas para uma audiência na Assembleia da República em sede da Comissão de Defesa Nacional com o propósito de se pronunciarem sobre o diploma. Ou seja, foram chamadas a pronunciarem-se sobre um facto consumado...

Nessa mesma audiência, as APM obtiveram da parte do representante do Partido Socialista a promessa de uma eventual revisão nessa mesma Comissão de Defesa, a qual não se verificou.

Já este ano, a Associação de Praças (AP) fez chegar ao Gabinete do Almirante Chefe do Estado Maior da Armada um conjunto de considerações sobre o RAMMFA no que concerne à metodologia implementada na quantificação das diversas formas de avaliação, individual, de formação, disciplinar e complementar que, consideramos nós é atentatório e contradizem as bases da objetividade que a avaliação dos Militares exige.

Deste modo, e levando em conta a tremenda sub-

jetividade que este diploma enferma, causadora de graves problemas é urgente que se tome posição sobre o mesmo acautelando que tais danos não se concretizem colocando em causa a unidade, a coesão e a disciplina no seio das Forças Armadas.

Aquilo que o governo e a tutela tanto apregoam quando se trata da defesa dos nossos direitos!

Se, com a aprovação deste diploma, se pretendia o desenvolvimento da carreira dos Militares em geral e das Praças em particular, o resultado final não foi esse.

Quando, ao contrário do que sucedia com o anterior sistema de avaliação, se põe fim à avaliação baseada na formação e na antiguidade no posto, para um sistema baseado apenas e só na avaliação dos Militares, significa que iremos ter um Regulamento de Avaliação que servirá apenas para a *funcionalização* dos Homens e Mulheres que servem nas Forças Armadas.

E, em tese, poderá acontecer com este Regulamento de Avaliação a *partidarização* dos Militares pois,

este diploma prevê que os louvores atribuídos pelos decisores políticos tenham mais peso, sejam mais *valiosos*, que os louvores dados pelos Chefes Militares.

Ora, sendo este processo, como já atrás descrevemos, sujeito a uma enorme subjetividade, verificamos que, no que a seguir se irá transcrever, essa subjetividade é por demais evidente.

Vejamos.

O Art.º 4º do Capítulo 2, na sua alínea a) refere que o *mérito do militar é o nível atingido pelo militar no desempenho de cargos e no exercício de todas as suas atividades e funções, decorrente da demonstração de competências;*

A AP diz que não deve o RAMMFA tratar de for-

ma igual os Militares dos três Ramos das Forças Armadas, decorrente da especificidade inerente a cada um desses Ramos.

No entendimento da AP, a conceção de um só Regulamento comum a todos os Ramos, na Avaliação do Mérito dos Militares das Forças Armadas, incorre o mesmo em critérios gerais que não permitem discernir nem aquilatar da especificidade de cada um dos Ramos que compõem as Forças Armadas.

A antiguidade, que deveria ter um peso preponderante na questão da avaliação, como atrás dissemos, não fossem as Forças Armadas uma instituição hierarquizada, com este novo regulamento passou para último lugar na lista de pressupostos da avaliação, tendo até um peso menor do que a subjetividade inerente aos "outros elementos de informação constantes no currículo".

Pelo conjunto de circunstâncias conhecido, na Marinha, nomeadamente a necessidade de manutenção/existência de Praças no Quadro Permanente, inexistente na Força Aérea e Exército, em que a progressão vertical na carreira é legítima, deveria o RAMMFA atender à potenciação do fator técnico-profissional, o qual tem vindo a ser secundarizado em favorecimento de outras competências que se têm mostrado ineficazes em determinadas funções, desempenhos, teatro de operações.

Esta situação deve consubstanciar o facto de não se poder colocar em patamares iguais, o que nunca deverá estar em pé de igualdade.

A Alínea b) do n.º 1 do artigo 15º, indica que o avaliado pode ser alvo de uma avaliação extraordinária quando um dos avaliadores considere justificado e oportuno uma reavaliação. Ora, esta consideração deixa ao livre arbítrio do avaliador o facto de haver uma reavaliação que pode sempre influenciar a carreira dos militares, o que devido à subjetividade, mais uma, do "oportuno" pode causar entropias nas carreiras, nomeadamente na carreira das Praças dos Quadros Permanentes.

O artigo 18º, n.º 3 alínea a) pode pressupor que duas Praças com o mesmo posto na mesma secção a desempenhar funções de trabalho distintas, uma delas pode ser prejudicada pelo facto de o segundo avaliador ter que "indicar a sua posição relativa entre os militares do mesmo posto que

evidenciaram potencial acima dos pares", pois sendo as funções distintas e tendo como segundo avaliador o mesmo oficial superior, pode causar constrangimentos na respetiva avaliação e consequente carreira.

Como se trata de um diploma que tem como principal objetivo avaliar o mérito dos Militares, compreende-se muito mal que desse patamar de avaliação seja retirada a competência que determina a "Cultura Geral" para quem, como as Praças, tem funções de execução.

Esta situação é completamente redutora da dignidade que deve ser atribuída à classe de Praças, pressupondo que às Praças das Forças Armadas não se deva considerar que sejam cultos, que tenham opinião sobre temas que influenciam sobremaneira as suas vidas e das suas famílias, que sejam seres inócuos, que apenas cumprem ordens sem perguntar porquê.

Outra situação idêntica à anterior, é a não avaliação na competência "Planeamento e organização" a quem tem funções de execução, como as Praças. É de todo irresponsável, e pode pressupor o total desconhecimento do que é o trabalho de uma Praça na sua unidade, considerar que as Praças não planeiam nem organizam o seu trabalho.

O facto de um chefe sugerir que a organização de um determinado serviço seja de uma forma, não invalida que o subordinado não contribua com um outro método de trabalho e de organização e que este seja aceite pelo chefe que, para efeitos de avaliação, é o primeiro avaliador.

Quanto à competência "Decisão" não ser observada nas Praças, é outra situação que demonstra bem a forma como o legislador olha para as Praças das Forças Armadas e aqui mais uma vez convém referir de forma apodítica que Praças todos os ramos têm, mas Praças dos Quadros Permanentes, Homens e Mulheres com muitos anos de prestação de serviço, apenas a Marinha possui. E não podemos, como se disse atrás, comparar o que é incomparável. Senão veja-se o que estipula o n.º 3 do artigo 20, que faz com que se coloque no mesmo patamar de avaliação das competências, os grumetes e os soldados e os marinheiros, os cabos e os Cabo-mor dos quadros permanentes.

É vergonhoso, e por isso não é de aceitar.

Encontro Nacional das Forças de Segurança e Forças Armadas

A Associação de Praças, em conjunto com a ANS e a AOFA reuniram em 6 de dezembro de 2017 e no passado dia 23 de janeiro com a ASPP/PSP—Associação Sindical dos Profissionais de Polícia e com a Associação dos Profissionais da Guarda/GNR (APG/GNR), para debater sobre a questão do descongelamento dos escalões e das posições remuneratórias, situação aventada após a reunião do governo com a FENPROF.



Após a reunião foi efetuada uma conferência de imprensa em que as estruturas representativas das associações presentes, lembraram o Governo, que quando foram efetuados os cortes nos vencimentos e o congelamento das posições remuneratórias e dos escalões, esses cortes foram efetuados na mesma altura para todos aqueles que trabalhavam na estrutura da Função Pública.

Agora, o que se pretende é que se há a possibilidade de haver setores da Função Pública onde serão descongelados os escalões e as posições remuneratórias, esse princípio deverá ser aplicado a todos os setores da FP.

Numa posterior reunião com estas estruturas, realizada em 8 de fevereiro, realizou-se um En-

contro Nacional dos Profissionais das Forças de Segurança e de Militares das Forças Armadas onde foi aprovado a entrega de uma moção ao Primeiro Ministro.

Após uma semana sem obtermos qualquer resposta, as estruturas incluídas neste processo emitiram uma Nota informativa, da qual demos conta aos nossos Associados através do Boletim de Notícias número 5 de 2 de março, onde se dava conta da falta de resposta por parte do governo.

Contudo, tem havido por parte do Ministério da Administração Interna uma “vontade” de reunir com as estruturas sindicais da PSP e da GNR para dar andamento ao preceituado no artigo 19º da Lei do Orçamento de Estado, o que não aconteceu, ainda, com o Ministério da Defesa Nacional o que pode configurar mais uma falta de respeito pelas leis em vigor.

Assim, foi decidido em reunião entre os sindicatos das forças de segurança e as APM's que em virtude de as reuniões com o Ministro da Administração Interna terem sido inconclusivas e com a ausência de resposta por parte do Ministro da Defesa Nacional, elaborar um documento a entregar ao mais alto magistrado na Pátria e Comandante Supremo das Forças Armadas sendo este o último passo que as organizações referidas darão antes de se partir para outras ações, que não desejamos mas que podemos ter que ser obrigados a levar a cabo na defesa intransigente dos nossos direitos e no cumprimento da Lei.



Organizações de Profissionais das Forças de Segurança e de Militares das Forças Armadas

No seguimento de reuniões a 23 de Janeiro, 8 de Fevereiro e 1 de Março, e ainda da acção conjunta do passado 20 de Fevereiro, com a entrega de uma Moção ao Primeiro-Ministro em que se exigiu a participação e integração no processo negocial tendo em vista a definição do modo e do calendário para efectivar o descongelamento das progressões remuneratórias dos seus representados, para que se cumprisse a lei, conforme descrito no artigo 19º do Orçamento de Estado para 2018, as associações signatárias reuniram de novo no dia 20 de Março para avaliar a situação.

Desta reunião entendeu-se a importância de esclarecer que apesar de nos últimos dias, terem os cidadãos portugueses sido confrontados com diversas notícias dando conta que milhares de profissionais da PSP e da GNR poderiam ver as suas progressões resolvidas a partir de Março ou Abril deste ano, existe a consciência de que não é só porque ocorreram reuniões no MAI, com algumas das organizações, que os problemas pendentes se vão resolver. De facto, sobre a matéria em questão (o congelamento entre 2010 e 2017) de concreto e objectivo, nada foi assegurado. Está tudo “no plano das meras intenções”!

Uma vez que a resposta obtida do gabinete do Primeiro-ministro foi de que as questões teriam sido remetidas para os gabinetes dos ministros das respectivas tutelas (MAI e MDN) estranha-se o tratamento diferenciado que estes ministérios estão a dar à questão. Atendendo a que, face à mesma lei, as tutelas não agem da mesma forma relativamente a todas as organizações, é legítimo que se questione sobre a efectiva autoridade do Primeiro-ministro!

Os signatários estão absolutamente seguros de que se não houver participação, se não ocorrer a negociação, se não se promover o diálogo entre as várias partes do processo, não será possível encontrar os caminhos para uma solução satisfatória.

Os signatários, repudiam o tratamento diferenciado que está a ser promovido pelo Governo, não aceitam o protelar e retardar das possíveis soluções, e denunciam com veemência o não cumprimento da Lei. Os homens e mulheres que, no limite, são chamados a dar a vida para cumprir e fazer cumprir a Lei e guardar a Constituição da República, não compreendem nem podem aceitar que não se cumpram as leis que a eles também se aplicam!

Depois de recorrerem ao chefe do governo, e atendendo à falta de autoridade que o mesmo demonstra, entendem os signatários recorrer à responsabilidade do mais alto magistrado da Nação, Comandante Supremo das Forças Armadas e Presidente da República, que não pode ficar alheio a esta problemática.

Após esta decisão ninguém pode, sequer ousar, acusar os signatários de não tentarem esgotar todas as possibilidades de diálogo, face a outras posições que, mesmo não desejando, entendam ser necessário ter de tomar na defesa dos seus direitos e tendo em vista o cumprimento da lei.

Lisboa, 27 de Março de 2018

ASPP/PSP - Associação Sindical dos Profissionais da Polícia
ANS - Associação Nacional de Sargentos
APG/GNR - Associação dos Profissionais da Guarda
AOFA - Associação de Oficiais das Forças Armadas
ANSG/GNR - Associação Nacional de Sargentos da Guarda
AP - Associação de Praças
SPP/PSP - Sindicato dos Profissionais de Polícia
SIAP - Sindicato Independente dos Agentes de Polícia



Debate sobre o Associativismo e Sindicalismo Militar na Europa

Realizou-se no passado dia 5 de março no Auditório António Almeida Santos na Assembleia da República, um Debate sobre o Associativismo/Sindicalismo militar na Europa.

Estiveram presentes neste debate representantes de estruturas sindicais e associativas militares europeias. **Emmanuel Jacob**, presidente da Direção da EUROMIL – Organização Europeia de Associações e Sindicatos Militares, de que a ANS, a AOFA e a Associação de Praças são membros de pleno direito, **Lars Fresker** - Presidente da SAMO - sindicato representativo de todos os postos de militares das forças armadas suecas, **Andreas Steinmetz** - Vice-Presidente da DBwV - associação em que estão representados militares de todos os postos das forças armadas alemãs e **Gerard Guinan** - Secretário-Geral da PDFORRA - associação representativa de Sargentos e Praças da República da Irlanda.

Neste debate, onde diversas estruturas, Militares e Civis, se fizeram representar, foram abordados os temas inerentes à questão do Associativismo Militar e foi dado a conhecer pelos representantes europeus do que é ser Militar e conviver com a realidade de se trabalhar apoiado num sindicato.

A pedra de toque deste debate, que foi referida por todos os representantes europeus, foi que o facto de nestes países se conviver com Militares filiados em Sindicatos nunca nenhuma missão ficou por cumprir nem se colocou em causa a coesão e a disciplina nas Forças Armadas.

E deve ser este o princípio a se ter em consideração.

Pelo presidente da Euromil foi dito que as Organizações de Militares têm que ter um extremo cuidado no seu papel de defesa dos seus associados, pois existe uma linha ténue entre a disciplina militar, a lealdade às Forças Armadas e o respeito pela hierarquia e a defesa dos direitos dos Militares, promover o seu bem estar e negociar com a tutela em nome deles.

E este é um trabalho "hercúleo" que as associações de militares têm pela frente. Respeitar e defender a Instituição Militar e os direitos e interesses dos seus membros associados.

Quando sistematicamente somos confrontados com exemplos a copiar vindos destes Países, porque não copiarmos também estes paradigmas, mais do que estudados antes de terem sido levados à prática, que se têm revelado de uma enorme justeza e valorização dos Homens e Mulheres que prestam serviço nas Forças Armadas daquelas paragens?

Existe uma panóplia de legislação europeia a atribuir ao Associativismo Militar e aos Militares para proteção dos seus direitos, a possibilidade de, por exemplo, "*liberdade de reunião pacífica e liberdade de associação com outros, incluindo o direito de se formar e se filiar a sindicatos para a proteção de seus interesses*" conforme o artigo 11º da Convenção Europeia dos Direitos Humanos.

Outro dos pontos referidos pelos Camaradas dirigentes Associativos presentes, uma das vantagens em sede negocial é o peso que cada estrutura traz atrás de si.

Na Alemanha, por exemplo, 92%, **noventa e dois por cento**, dos Militares estão filiados no sindicato...



Na Suécia, os valores rondam o mesmo patamar.

Outro assunto afluído no debate foi a questão dos Direitos Fundamentais. Existe uma resolução da União Europeia sobre a Situação dos Direitos Fundamentais no período de 2004-2008, onde se salienta no seu ponto 89 que estes não acabam nos portões da “caserna”, e que eles também se aplicam plenamente ao cidadãos em uniforme, e recomenda que os Estados Membros assegurem que os direitos fundamentais também sejam observados nas forças armadas.

No período atribuído às perguntas e respostas, foram afluídas questões de enorme importância para o entendimento desta temática, nomeadamente a questão referente à participação partidária por parte dos Militares no ativo e sobre a proposta de um exército europeu de que tanto se tem falado ultimamente.

Sobre este tema foi determinante o conhecimento trazido até nós dos Camaradas das estruturas associativas europeias.

Em virtude de existirem diferenças sociais e remuneratórias enormes entre os Militares dos variados países, enquanto não se extinguirem essas diferenças será muito difícil aceitar-se a constituição de um exército europeu ou de uma política de defesa comum.

Foi aprovado no Parlamento Europeu (PE) uma resolução sobre a União Europeia da Defesa

em 22 de novembro de 2016, sob proposta da Euromil, onde foram introduzidas alterações sociais e respeitantes aos direitos humanos, em que se *"Solicita aos Estados-Membros que reconheçam, em particular, o direito do pessoal militar de formar e aderir a associações profissionais ou sindicatos e envolvê-los num diálogo social regular com as autoridades; convida o Conselho Europeu a tomar medidas concretas para a harmonização e a normalização das forças armadas europeias, a fim de facilitar a cooperação do pessoal das forças armadas sob a égide de uma nova União Europeia de Defesa"*.

No âmbito da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, em abril de 2006, referiu-se que *"Não se pode esperar que os membros das forças armadas respeitem o direito humanitário e os direitos humanos em suas operações, a menos que o respeito pelos direitos humanos seja garantido nas fileiras do exército"*.

O Presidente da Euromil disse finalizando que, *"o direito de associação em sindicatos ou associações profissionais sem um quadro bem definido para um diálogo social com respeito mútuo entre todos os parceiros é uma caixa vazia que criará frustrações e será contraproducente!"*

O direito de associação para o pessoal militar não prejudica a autoridade militar ou interrompe a cadeia de comando. Nenhuma perda de



eficiência militar ou disciplina em países que concederam direitos de associação total para os seus soldados".

Em resumo, esta iniciativa levada a cabo pelas Associações Profissionais de Militares foi, mais

uma vez, um excelente contributo para o cabal esclarecimento do que é pertencer-se a uma APM, quais os seus direitos e deveres e permitiu dar o primeiro passo para que se abra a discussão no nosso País sobre o sindicalismo na esfera Militar.

Direitos sindicais reconhecidos aos militares pelo Comité Europeu dos Direitos Sociais



Em 2014, a EUROMIL em apoio das associações irlandesas, nomeadamente a PDFORRA uma associação representativa dos Sargentos e Praças, apresentou uma queixa contra a Irlanda por violar os Artigos 5 e 6 da Carta Social Europeia no que diz respeito aos direitos dos irlandeses.

Em causa estava o facto de as associações militares irlandesas não terem direitos sindicais plenos, incluindo o direito de aderirem a uma confederação de sindicatos, como o ICTU (Congresso Irlandês de Sindicatos em que se associam ou filiam os sindicatos da Irlanda) ou ainda o facto de não participarem nas negociações, nomeadamente sobre os salários para o serviço público, que a ICTU realiza em nome de seus membros.

O resultado da queixa torna-se publica com o relatório divulgado no dia 12 de fevereiro de 2018. Um tremendo sucesso para os militares na Irlanda, mas também para os membros das forças armadas de outros países europeus. É a primeira vez que um órgão de supervisão europeu reconhece explicitamente os direitos sindicais para o pessoal militar .

Conforme salientado pelo Comité Europeu dos Direitos Sociais (ECSR), as restrições ao direito de associação de militares podem não corresponder a uma proibição geral de associações profissionais de natureza sindical e da afiliação dessas associações com federações / confederações nacionais. A necessidade de mecanismos efetivos de consulta e sistemas de negociação, inclusive para o pessoal militar, é enfatizada ainda mais. A negociação coletiva, incluindo a negociação salarial, é explicitamente reconhecida pelos militares, que devem exercer seu direito à negociação coletiva por intermédio de associações profissionais que possam participar plenamente das negociações e estabelecer acordos coletivos.

XVIII Aniversário da AP



Em 27 de fevereiro último decorreu na Messe de Lisboa o Jantar Comemorativo do 18º Aniversário da Associação de Praças.

O evento teve a participação de vários convidados das Associações e Clubes congéneres que se juntaram aos cerca de 80 elementos entre associados e simpatizantes, que nalguns casos, se fizeram acompanhar pelas respetivas famílias.

Num ambiente de sã confraternização aliado ao bom repasto, o evento serviu não só para comemorar a data festiva, mas também para rever e permitir a discussão dos assuntos mais relevantes que preocupam a família militar.

Após a refeição, o Presidente da Direção dirigiu-se aos presentes com um discurso enu-

merando as principais preocupações da Associação no que diz respeito aos problemas que assolam as Praças das Forças Armadas.

Seguidamente todos os convidados discursaram abordando vários temas da luta associativa, que de uma forma transversal, atingem todos aqueles que servem o país nas Forças Armadas e respetivas famílias.

Por fim cantou-se os "parabéns" à Associação de Praças seguindo-se o corte do bolo e, como manda a tradição, brindou-se ao seu 18º aniversário.

A AP agradece a S. Exª o ALM. CEMA, ao Comando da Unidade de Apoio às Instalações Centrais de Marinha e à Direção da Messe de Lisboa pelo apoio facultado e pelo excelente serviço realizado, assim como a todos os que contribuíram de forma elevada para o sucesso do evento.



OS LIVROS PODEM SER ADQUIRIDOS NA SEDE DA A.P. OU POR ENVIO À COBRANÇA

Esta obra pretende esclarecer, relembrar e divulgar a participação dos Marinheiros no processo revolucionário inseridos na sua organização de classe, a CDAP – Comissão Dinamizadora do Associativismo de Praças. Publica, ainda, em primeira mão, os principais documentos do 2.º Grande Plenário Geral das Praças da Armada.



Esta obra da autoria de Gisela Santos Oliveira resulta de uma investigação de natureza académica que procura retratar um momento histórico protagonizado por um grupo de marinheiros. O tema é abordado com muitos detalhes e documentação da época, mesmo entrevistas com alguns antigos revoltosos ainda vivos à data do trabalho (2009).



Este livro de Geraldo Lourenço, Sócio nº 1 da AP, é um homem que travou uma luta contra o regime autocrático e atentatório da dignidade militar, é um homem que ao longo do tempo colocou a sua experiência, o seu tempo e conhecimentos na acreditação, valorização e desenvolvimento do movimento associativo militar, na defesa dos valores, direitos e da condição militar dos militares. Este livro conta-nos histórias que retratam a vida e a vivência das Praças na Marinha no século XX. Conta-nos histórias dos homens na pele do Marujo de Alcaxa.



E.M.F.A.R. Lei n.º 10/2018 de 2 de março

Primeira alteração ao Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 90/2015, de 29 de maio

Foi publicado no Diário da República, 1.ª série - N.º 44 de 2 de março de 2018 a primeira alteração ao E.M.F.A.R., aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 90/2015, de 29 de maio.

Estas alterações foram aprovadas pela Assembleia da República no passado dia 21 de dezembro de 2017 e demonstram que a luta pela melhoria das condições socioprofissionais dos militares e respetivas famílias, pode demorar algum tempo, mas chega a bom porto e é conseguida pela persistente e convicta ação das Associações de Profissionais de Militares, onde a Associação de Praças (AP) se insere.

O Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR) aprovado pelo Decreto-Lei 90/2015 de 29 de maio, enfermava de algumas normas penalizadoras dos Militares em geral e das Praças em particular, pelo que se compreende que a AP sempre se tenha batido pela sua reversão.

Sendo certo que as alterações agora aprovadas pela Lei 10/2018 trazem algumas melhorias ao EMFAR, não podemos deixar de referir que muito mais poderia ter sido feito, pois tanto o projeto de alteração proposto pelo Partido Comunista Português como as sugestões e propostas da AP emitidas em sede da Comissão de Defesa Nacional, trariam muito mais no sentido de melhorar as condições de vida dos militares das Forças Armadas.

Posto isto, importa referir alguns pontos positivos que esta alteração veio trazer ao EMFAR:

- Substituição do dever especial de "*isenção política*" pela "*isenção partidária*", questão que colocava os Militares numa posição de inferioridade em relação aos seus concidadãos, enfermado até, de uma gravíssima inconstitucionalidade.
- Introdução do "*Direito de Associação*", questão há muito reclamada e que coloca à AP uma responsabilidade acrescida na defesa dos direi-

tos dos seus associados e das Praças em geral.

- Alteração na proteção jurídica que o militar tem direito abrangendo agora a contratação de advogado.

- Melhoria significativa no âmbito da proteção na parentalidade dos militares já referida nas páginas 4 e 5.

- Clarificação do número de dias de licença que o militar tem direito por motivo de transferência e em que condições pode ser dilatada.

- Clarificação do direito de reclamação ou recurso de atos administrativos.

- Revogação a todas as normas e referências ao posto de subsargento/furriel, repondo-se desta forma a justiça para todos os militares que ingressam na categoria de sargentos.



Sabemos que mesmo com estas alterações agora aprovadas, o nosso Estatuto Profissional ainda enferma de posições constrangedoras e que diminuem os direitos a quem está vinculado à Condição Militar, mas à semelhança

do que aconteceu com o Decreto-Lei 90/2015, esta situação será alvo de uma atenção especial de forma a que não volte a acontecer que o legislador emita uma norma sem ter a opinião de quem tem o direito legal da defesa intransigente, em matérias do foro socioprofissional, dos Militares em geral e da categoria de Praças em particular.

Por outro lado, a AP insistirá no debate junto das tutelas Militar e Política para que as restantes propostas de alteração ao EMFAR, há muito apresentadas, com especial relevo na proposta de alteração à carreira das Praças das Forças Armadas onde a modalidade de promoção ao posto de Cabo seja alterada para diuturnidade e a criação do posto de Cabo-Chefe, entre outras questões, venham a ser concretizadas.

A carta dos CEM's ao MDN



Caiu que nem uma bomba, pelo menos nos meios de comunicação social, a carta que os Chefes de Estado-Maior entregaram ao Ministro da Defesa Nacional, sobre a questão do número de efetivos a incorporar, aprovados pelo governo para 2018.

Mas, como diz o povo, foi *muita parra e pouca uva*.

Segundo a notícia veiculada pelo Expresso, os Chefes Militares consideraram que o número de Militares a incorporar em 2018 é muito curto, e na missiva entregue disseram ao MDN que o número exigível seria de 620...

Independentemente de ter havido, ou não, *re-gateio* quanto ao número a incorporar, o que fica desta história é a pouca convicção que os Chefes Militares puseram na carta enviada ao MDN.

Assim que veio ao conhecimento público a entrega da missiva, os Chefes Militares aprontaram-se a afirmar que, mesmo sendo o número aprovado pelo governo levada a cabo, a incorporação de 200 Militares, *"não esteve, não está, nem estará em causa o cumprimento das missões das Forças Armadas"*.

Então se o número de 620 Militares, proposto pelos Chefes Militares, seria o ideal para garantir as missões previstas, sendo dado a entender que não sendo mais do que 200 poderiam ocorrer vários problemas, e se esse número foi negado pelo governo reduzindo-o em 400, porque razão o cumprimento das missões não ficará em causa?

É necessário que os Chefes Militares clarifiquem qual ou quais as missões que podem ser postas em causa, com o número de incorporados decidido pelo governo.

Sabendo de antemão que este ano as Forças Armadas têm mais missões para cumprir: a limpeza das matas e o apoio no combate aos fogos.

Agora, também gostaríamos de ver os Chefes Militares a entregar missivas ao Ministro da Defesa Nacional sobre outros assuntos, como o novo Regulamento de Avaliação, com todas as entropias que nele constam e que não vemos vontade de as eliminar, a questão do IAS-FA e do ADM, a regulamentação e consequente atribuição de funções ao posto de Cabo-Mor, etc.

parcerias



Protocolos

O protocolo existente confere aos associados (e respectivos familiares directos) um conjunto de vantagens na aquisição de vários produtos nas diversas farmácias da rede Barral:

- ✓ 5% desconto em todos os medicamentos sujeitos a receita médica (MSRM);
- ✓ 10% desconto nos medicamentos não sujeitos a receita médica (MNSRM), produtos de dermocosmética, acessórios, fitoterapia, suplementos alimentares, entre outros (excepto em leites infantis);
- ✓ Nos serviços na área da saúde, os nossos parceiros podem ainda contar com um desconto de 10%.



Entregas ao domicílio

Entregamos os seus medicamentos ao domicílio, contacte a sua farmácia



Avaliações de Saúde

Fazemos medições e controlo da tensão arterial, ritmo cardíaco e peso



Análises ao Sangue

Fazemos análises ao sangue para avaliar o nível de colesterol, glicémia, triglicéridos e muito mais

ESCOLHA A SUA FARMÁCIA

LISBOA

Farmácia Barral - Baixa
Farmácia Oriental - Parque das Nações
Farmácia dos Jerónimos - Belém
Farmácia Matos Viegas - Lumiar
Farmácia Simão - Olivais
Farmácia Almeida - Odivelas

SETÚBAL E RIBATEJO

Farmácia Higiénica - Barreiro
Farmácia S.C. da Misericórdia de Canha - Canha, Montijo
Farmácia Duarte Ferreira - Abrantes

ALENTEJO

Farmácia Nova - Vendas Novas
Farmácia Nobre Sobrinho - Alentejo, Beja
ALGARVE
Farmácia Ribeiro Lopes - Lagos
Farmácia do Rio - Portimão
Farmácia Hygie - Monchique, Portimão



Oxford School
Instituto de Línguas

A OxfordSchool é uma organização privada, reconhecida pelo Ministério de Educação, cujo objectivo principal é o Ensino de Línguas por programas próprios. Tendo iniciado a sua actividade em 1972, conta já com mais de 25 anos de experiência no campo do ensino, e é uma das mais antigas escolas existentes em Portugal.

DESCONTO 10%

CURSOS DE LÍNGUAS

- ✓ Cursos para crianças
- ✓ Cursos para jovens e adultos
- ✓ Exames oficiais Internacionais
- ✓ Cursos/Empresas
- ✓ Cursos em Inglaterra e E.U.A.

LÍNGUAS MINISTRADAS

- ✓ Inglês
- ✓ Francês
- ✓ Alemão
- ✓ Espanhol

Cursos de Línguas

Formação para Empresas

Português para Estrangeiros

Oxford School
Contactos

<p>Lisboa Rua D. Estefânia, 185-1ª, 1000-154 Lisboa, Portugal Tel. (+351) 21 756 66 89 Fax (+351) 21 756 66 82</p>	<p>Lisboa Av. Marquês Tamar, 104-4ºDn, 1000-157 Lisboa, Portugal Tel. (+351) 21 756 66 89 Fax (+351) 21 756 66 82</p>	<p>Coimbra Av. S. Bento, 37-3º D, 3720-072 Coimbra, Portugal Tel. (+351) 23 324 33 42</p>
---	--	--



Para usufruírem deste protocolo, os associados da AP devem-se fazer acompanhar do cartão de associado e do respectivo BI Militar / CC e a respectiva família deve apresentar no acto da inscrição, uma credencial emitida pela Associação de Praças para o efeito e fazer prova da titularidade através da apresentação do BI/CC.